

AS PASTAGENS - PASSADO, PRESENTE E FUTURO¹

SOWN PASTURES - PAST, PRESENT AND FUTURE

TEODÓSIO AUGUSTO SALGUEIRO²

RESUMO

Foi só em 1965 que se começaram a semear pastagens em Portugal, muito embora se tivesse iniciado, na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento das forragens com base científica.

A comparação dos recenseamentos gerais de agricultura de 1989 e 1999 mostra que a área dedicada à pecuária (pousio, prados temporários, pastagens permanentes e culturas forrageiras) aumentou 11%, abrangendo 2,6 milhões de hectares, ou seja, 67% da SAU (superfície agrícola utilizada).

Todavia, o acréscimo dos efectivos de bovinos, ovinos e caprinos foi apenas de 0,4%, devido à forte diminuição destes, e a evolução da produção animal, designadamente a de

carne, não correspondeu à subida da área consagrada à alimentação animal.

Como a grande maioria das pastagens permanentes são naturais, aponta-se a sua reconversão para pastagens semeadas. Quanto ao pousio, este deve dar o lugar a pastagens semeadas, permanentes ou temporárias, consoante os solos e a topografia.

Palavras-chave: pastagens permanentes e semeadas, produção animal, recenseamentos da agricultura.

ABSTRACT

Pastures have begun to be sown in Portugal just since 1965, although there had been a development of forage crops, in a scientific basis, since the second half of the 19th century.

The comparison of the 1989 and 1999 agricultural general censuses shows that the area dedicated to animal husbandry (fallow, temporary and permanent pastures, and forage crops) increased 11%, covering 2,6 millions of hectares, that is, 67% of the utilized agricultural surface.

¹ Palestra proferida na Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal em 13 de Julho de 2003.

² Engenheiro Agrónomo.
Rua Cidade do Lobito, 268-2.º Esq.
1800-088 Lisboa
E-mail: teodosio.a.salgueiro@mail-pt

However, the rise in the number of cattle, sheep and goats was only 0,4%, due to the large diminution of goats, and the animal production evolution, specifically that of meat, is not in harmony with the increase of the area for animal feeding.

As the majority of the permanent pastures are natural ones, they should be changed into sown pastures. As far as fallow is concerned, it should be converted into permanent or temporary sown pastures, according to their soils and topography.

Key-words: agricultural census, animal production, permanent and sown pastures

O PASSADO

Com a domesticação dos animais herbívoros, iniciada nos anos de 10 000 a 8 000 a.C., o Homem começou a prestar atenção às pastagens, muito embora tal tivesse sucedido só em fase adiantada, quando a submissão do gado era já suficiente para suportar o domínio do pastores.

Milénios mais tarde, provavelmente a partir do século VI a.C., a pastorícia começou a ser impulsionada no nosso território pelos Celtas, porque a posse de gado conferia riqueza e poder, segundo Caldas (1991), e a eles se deve a prática da rega de abundância, ou rega de lima, das pastagens de montanha (Raposo, 1994).

Foi, todavia, com os Romanos que se iniciou a cultura das forragens, mediante a introdução do feno-grego ou fenacho, da ervilhaca e do tremoço, bem como o cultivo da aveia forrageira (Caldas, 1991).

Importa frisar, no que respeita às leguminosas, que elas faziam parte dos sistemas cerealíferos que os Romanos fomentaram na Península Ibérica, pois autores como Varrão, Columela e Vergílio já referiam os benefícios

induzidos na produção de cereais pela leguminosas que com eles alternavam.

Pode-se, portanto, dizer que as forragens se cultivam em Portugal há mais de 2000 anos.

É, porém, na segunda metade do século XIX que se inicia o desenvolvimento, com base científica, das forragens - mas não ainda das pastagens semeadas.

Assim, em 1878, preconiza-se a ensilagem do milho e do sorgo sacarino como prática que “os lavradores devem ensaiar” (Anónimo, 1877-1878).

Em 1897, a revista *Portugal Agrícola* apresentou, sob o título genérico “As melhores forragens”, diversos artigos com preceitos de cultivo e informações úteis, quer respeitantes a forragens já conhecidas, como a ervilhaca, o chícharo, a serradela, o centeio, a aveia e o milho, quer a outras, que eram recentes, citando-se o Bromo de Schrader (*Bromus unioloides*), o fenacho (*Trigonella foenum-graecum*), a soja hispida (*Dolichos Soja*) e o azevém ou erva-castelhana (*Lolium multiflorum*) (Carvalho, 1897-1898).

Digno de nota é o interesse suscitado no Agrónomo Rebello da Silva, então Professor do Instituto de Agronomia e Veterinária, pela espécie que a seguir se indica e sobre a qual fez uma experiência cujos resultados publicou com o título “Estudo sobre a fertilização d’um terreno por meio da luzerna - Cultura da luzerna, e de sementeiras consecutivas de trigo e milho sem adubação azotada” (Silva, 1903).

O autor estudou um luzernal, de 1 ha, estabelecido em 1893 ou 1894, no Vale de Santarém, em regadio. A sua duração foi de sete anos e a fixação de azoto atmosférico foi de 1664,2 kg, correspondendo a 237 kg/ano. Nunca se lhe fez qualquer adubação, tendo levado apenas uma tonelada de gesso no 4º ano.

Comentando os resultados, Rebello da Silva escreve: “...lavrado o luzernal, o terreno deu a seguir duas boas colheitas de trigo e

outras tantas de milho, como anteriormente nunca haviam sido obtidas antes da cultura da luzerna.” Note-se que estes cereais foram adubados apenas com superfosfato de cálcio.

Esta espécie, que Motta Prego (1926) afirmava, em 1924, ser completamente desconhecida em toda a região minhota, foi por ele estudada em Santo Tirso. Aqui, fez a comparação com a sucessão tradicional de “milho-grão e erva no inverno (a dar dois cortes)”, concluindo que a luzerna, num período de cinco anos de vida, dá maiores rendimentos e tem muito menos despesas, além de promover um enriquecimento da terra em azoto, da ordem de 60 kg/ha/ano.

Perante a relativamente fraca expansão da luzerna nos tempos actuais, é pertinente dizer: Que falta nos fazem Rebello da Silva e Motta Prego!

A partir da década de 1920, os Serviços Oficiais fizeram assinaláveis esforços, embora bastante diferentes na intensidade e na distribuição geográfica, para o desenvolvimento da cultura forrageira, abarcando um número apreciável de espécies, principalmente de leguminosas.

A sementeira de pastagens plurianuais

continuava a não ser preconizada. No caso do sequeiro, porque se desconhecia a existência de espécies que persistissem após o Verão e, no caso do regadio, porque a tradição era de se fazer a exploração da ervagem por cortes.

Assim se foram passando os anos, até que, em 1965, se semeiam, pela primeira vez, pastagens, ou seja, espécies cuja utilização pelo gado é, total ou predominantemente, em pastoreio, desta forma se distinguindo das forragens. Isto acontece com o trevo subterrâneo, cerca de 50 anos depois da Austrália o ter feito.

É de toda a justiça referir que tal se deveu à acção muito dinâmica dos engenheiros agrónomos Mário Barreira da Ponte e David Crespo, bem como ao Prof. Artur Garcia, que lhes prestou todo o apoio no domínio da inoculação das sementes com estirpes australianas de *Rhizobium*.

Note-se que, apesar dos trabalhos de Rebello da Silva e de Motta Prego evidenciarem os benefícios da fixação do azoto atmosférico, e até a quantificarem, a prática da inoculação continuou omissa e só nesse ano de 1965 principiou a generalizar-se, mas apenas nas leguminosas pascícolas.

Quadro 1 - Recenseamentos Gerais da Agricultura - 1989 e 1999. Portugal.

UTILIZAÇÃO DO SOLO	1989	1999	Diferença 1999-1989	
			Valor absoluto	%
SAU				
Superfície Agrícola Utilizada	4 005 594	3 863 116	- 142 478	- 3,5
CEREAIS PARA GRÃO	900 935	602 276	- 298 659	- 33,1
POUSIO	830 364	577 422	- 252 942	- 30,5
PRADOS TEMPORÁRIOS	74 285	37 245	- 37 040	- 49,9
PASTAGENS PERMANENTES⁽¹⁾	856 423	1 436 840	+ 580 417	+ 67,8
CULTURAS FORRAGEIRAS	578 489	542 131	- 36 358	- 6,3
POUSIO + PRADOS TEMPORÁRIOS +				
+ PASTAGENS PERMANENTES +	2 339 561	2 593 638	+ 254 077	+ 10,9
+ CULTURAS FORRAGEIRAS				

(1) Por definição do INE, os prados temporários são sempre semeados ao passo que as pastagens permanentes são semeadas ou espontâneas (isto é, naturais).

O PRESENTE

Utilização do solo

Para bem se perspectivar o futuro das pastagens semeadas, há que fazer uma análise da situação actual e, para isso, os recenseamentos gerais da agricultura de 1989 e 1999 constituem instrumentos preciosos.

O segundo recenseamento revela que a SAU (superfície agrícola utilizada) diminuiu 3,5% em relação a 1989. Todavia, nas utilizações do solo que estão relacionadas com a alimentação animal, as alterações foram muito mais profundas, como se patenteia no Quadro 1.

A observação deste quadro mostra que ocorreu uma diminuição de cerca de um terço nas áreas de cereais e de pousio, totalizando 551 000 ha. Acresce ainda que as pastagens temporárias tiveram uma redução de 37 000 ha, o que eleva para 588 000 ha a superfície que deixou de estar submetida a rotações agrícolas.

Certamente não por acaso, houve nas pastagens permanentes um acréscimo de 580 000 ha, ou seja, da mesma ordem de grandeza.

Afigura-se, por isso, legítima a ilação de que as terras que deixaram de ter cereais e, consequentemente, de estar em pousio, bem como as que deixaram de ter pastagens temporárias foram, em regra, para pastagens perma-

nentes, que ocupam agora a elevada área de 1,4 milhões de hectares (37% da SAU).

Esta reconversão poderia ter sido muito benéfica se fosse para pastagens semeadas, mas, na esmagadora maioria dos casos, isso não aconteceu.

Nas culturas forrageiras houve uma diminuição de 6% da sua superfície de 1989, não se sabendo qual a utilização que passaram a ter.

Globalmente, os terrenos que constituíam o suporte da nutrição herbácea dos gados em 1989, e que eram os de pousios, prados temporários e permanentes e culturas forrageiras, aumentaram 254 000 ha, isto é, 11%, abrangendo, em 1999, quase 2,6 milhões de hectares. Isto representa a elevada proporção de 67% da SAU.

Efectivos pecuários

Achamos de muito interesse analisar a repercussão que a evolução acabada de descrever teve nos efectivos pecuários.

O Quadro 2 permite comparar os efectivos no ano seguinte ao de cada recenseamento, isto é, em 1990 e 2000.

No que se refere a bovinos, houve um acréscimo relativamente pequeno de 2,8%, com evoluções muito díspares nos seus com-

Quadro 2 - Efectivos pecuários de Portugal.

Unidade - 1000 cabeças

ESPÉCIES PECUÁRIAS	1990	2000	Diferença 2000-1990	
			Valor absoluto	% (1990)
BOVINOS	1375	1414	+ 39	+ 2,8
Vacas não leiteiras	233	342	+109	+ 46,8
Vacas leiteiras	403	355	- 48	- 11,9
OVINOS	3360	3578	+ 218	+ 6,5
Ovelhas	2227	2436	+ 209	+ 9,4
CAPRINOS	857	623	- 163	
Cabras	616	453	- 234	- 27,3
BOVINOS + OVINOS + CAPRINOS	5592	5615	+ 23	+ 0,4

Fonte: INE. Estatísticas Agrícolas de 1990 e 2001.

Quadro 3 - Produção de alimentos compostos.

ESPÉCIES PECUÁRIAS	<i>Unidade - 1</i>			
	1991	2000	Diferença 2000-1991	
			Valor absoluto	% 1991)
BOVINOS	1 085 911	940 470	- 145 441	-13,4
Vacas leiteiras	521 716	505 445	- 16 271	- 3,1
OVINOS	35 642	56 905	+ 21 263	+ 59,7
CAPRINOS	2 684	8 129	+ 5 445	+ 202,9

Fonte: Anuários 1999/2000 e 2001/2002 da IACA.

ponentes. Com efeito, os aumentos substanciais no número de novilhas com mais de 2 anos (que não figuram no quadro) e de vacas não leiteiras - 55% e 47%, respectivamente - foram muito atenuados por decréscimos noutros grupos, em especial nas vacas leiteiras, que tiveram uma baixa de 12%.

Quanto a ovinos e caprinos, registou-se uma quebra de 27% nestes e uma subida de 6,5% naqueles.

No conjunto destas três espécies pecuárias, em 2000 há apenas mais 23 000 cabeças, ou seja, mais 0,4% do que 10 anos antes.

Atendendo à evolução, atrás referida, nas áreas pascícolas e forrageiras, com uma resultante de mais 11%, pode-se afirmar que está a dar-se um nítido subaproveitamento dos recursos que se tornaram disponíveis.

Alimentos Compostos

A propósito de recursos, afigura-se pertinente examinar a produção de alimentos compostos para animais nos anos de referência (embora com a particularidade de se considerar aqui 1991, por não termos obtido elementos de 1990).

Apesar de neste sector ter havido importações e exportações, pensamos que há uma correlação significativa entre produção nacional (Quadro 3) e consumo de alimentos compostos.

Começando pelos bovinos, verifica-se que a produção a eles destinada diminuiu, em contraste com o aumento do seu número.

Já no que respeita às vacas leiteiras, o decréscimo destas (12%) foi proporcionalmente maior do que o ocorrido na produção de alimentos compostos para elas (3%). Isto dá suporte à hipótese, comprovada por outros factos, de haver agora vacas de maior produtividade e, consequentemente, consumidoras de maiores quantidades de alimentos compostos.

Passando aos ovinos, é desproporcionada a evolução no seu número, que foi de 6,5% (com 9,4% em ovelhas), quando comparada com a registada na produção de alimentos compostos para eles, que aumentou 60%.

Mais surpreendente é o que se verificou nos caprinos: a uma nítida diminuição destes (27%) correspondeu um impressionante acréscimo de 203% nos alimentos compostos que lhes são destinados. Quer isto dizer que a cabra está a passar de animal que só comia matos e erva para animal que quase só come rações. Se é certo que numa caprinicultura racional os concentrados se justificam, surge, no entanto, a dúvida de que, em muitas cabradas, esteja a haver uma subutilização das componentes arbustiva e herbácea.

Produção animal, comércio internacional e grau de auto-aprovisionamento

As consequências das alterações verificadas na utilização do solo, expressas no quadro 1, vão ser agora apreciadas, não apenas no que diz respeito à produção animal, mas

também na influência desta sobre o comércio internacional e o grau de auto-aprovisionamento de carne, leite e lacticínios.

Carnes

O exame do quadro 4 mostra que a evolução de 1990 para 2000 foi totalmente negativa.

Tanto a produção de carne de bovinos como a de ovinos diminuiu, apesar dos efectivos destas espécies ter aumentado (Quadro 2).

A baixa na carne de caprinos é de percentagem praticamente igual à verificada nos efectivos.

Ora, o aumento da superfície de pastagens devia repercutir-se substancialmente na produção cárnea e, como sucedeu o inverso, é legítimo concluir-se que, se o encabeçamento em 1990 já era pequeno, o de 2000 é ainda menor.

As consequências na balança comercial são graves, pois as importações, sobretudo de carne de bovinos, subiram muito e o grau de auto-aprovisionamento teve uma quebra significativa, estando a menos de 68%.

Leites e manteiga

Neste sector, o Quadro 5 patenteia uma outra evolução.

A produção de leites de vaca e de ovelha aumentou, graças a uma melhoria muito sensível na produtividade destes animais, que ultrapassou largamente o efeito negativo da redução do número de vacas leiteiras (Quadro 2).

Daqui resultou um enorme acréscimo de 603% na exportação de leite e uma subida de seis pontos percentuais no grau de auto-aprovisionamento.

Importa esclarecer que a maior produtividade das vacas leiteiras, que gerou, provavelmente, um maior consumo de alimentos compostos em muitas delas, não determinou um aumento da produção destes alimentos, que, pelo contrário, até diminuiu (Quadro 3).

Já no que respeita às ovelhas, o acréscimo do seu número (Quadro 2) e da sua produtividade explicam, em grande parte, que a produção de alimentos compostos para elas tenha sido, em 2000, mais 60% da que foi dez anos antes (Quadro 3).

Quanto ao leite de cabra, a quebra de 19% na sua produção deve-se à diminuição do efectivo de fêmeas (Quadro 2), embora atenuada pela maior produtividade delas. Isto provocou, por sua vez, uma subida de 203% na produção de alimentos compostos para caprinos.

Este facto, bem como o referido atrás

Quadro 4 - Produção, comércio internacional e grau de auto-aprovisionamento de carnes - Portugal.

Unidade - 1

	1990	2000	Diferença 2000-1990	
			Valor absoluto	% (1990)
BOVINOS				
Carne de bovinos	116 411	100 786	- 15 625	- 13,4
“ “ ovinos	24900	24154	- 746	- 3,0
“ “ caprinos	2911	2105	- 806	- 27,7
IMPORTAÇÕES - EXPORTAÇÕES				
		63 792		
Carne de bovinos	44461	10 329	+ 19 331	+ 43,5
“ “ ovinos e caprinos	9468		+ 861	+ 9,1
GRAU DE AUTO-PROVISIONAMENTO (%)				
	(%)	(%)	(Pontos percentuais)	
Carne de bovinos	70,5	58,0	- 12,5	
“ “ ovinos e caprinos	75,7	67,6	- 8,1	

Fonte: INE. Estatísticas Agrícolas de 1990, 1991/92, 2000 e 2001.

Quadro 5 - Produção, comércio internacional e grau de auto-provisionamento de leites e manteiga - Portugal.

Unidade - l (Leite - 1000 l)

	1990	2000	Diferença 2000-1990	
			Valor absoluto	% (1990)
PRODUÇÃO				
Leite de vaca	1 645 461*	1 997 644	+ 352 183	+ 21,4
Leite de ovelha	87 906*	103 931	+ 16 025	+ 18,2
Leite de cabra	42 336*	34 138	- 8 198	- 19,3
Manteiga	15 786*	24 590	+ 8 804	+ 55,8
EXPORTAÇÕES - IMPORTAÇÕES				
Leite e natas (t)	15 069	105 935	+ 90 866	+ 603,0
Manteiga	4 094	3 508	- 586	- 14,3
GRAU DE AUTO-APROVISIONAMENTO				
	(%)	(%)	(Pontos percentuais)	
Leites	101,6	108,0	+ 6,4	
Manteiga	100,0	131,6	31,6	

* Informação pessoal no INE.

Fonte: INE. Estatísticas Agrícolas de 1990, 1991/92, 2000 e 2001.

relativamente às ovelhas, indiciam uma fraca utilização de pastagens, provavelmente porque se trata, sempre ou quase, de pastos naturais e os criadores têm a noção do pouco contributo que tais pastos dão para a produção de leite.

Finalmente, há que mencionar a manteiga, para dizer apenas que, a mais leite de vaca correspondeu mais manteiga e maior auto-provisionamento. Todavia, o saldo exportação menos importação diminuiu 14%, eventualmente devido a uma maior capitação, que passou de 1,52 kg/habitante em 1990 para 1,90 em 2000, ou seja, mais 25%.

Queijos e leites acidificados

A evolução da produção de queijos, que se apresenta no Quadro 6, reflecte, naturalmente, a que ocorreu com a de leites (Quadro 5), mas o mesmo já não sucede quanto ao comércio daqueles e dos leites acidificados e ao grau de auto-provisionamento.

A produção de queijo de vaca aumentou, proporcionalmente, muito mais do que a de leite - 38% para aquele e 21% para este.

No que respeita aos queijos de ovelha e de cabra, a evolução é análoga à dos respectivos leites.

Com efeito, a produção de leite de ovelha aumentou 18% (Quadro 5) e o mesmo se verificou na de queijo, ao passo que a produção de leite de cabra diminuiu 19% (Quadro 5) e foi também isto o que se verificou no queijo.

Não obstante estes aumentos, houve uma extraordinária subida de 1531% nas importações (depois de deduzidas das exportações), devido a um significativo acréscimo, de 76%, na capitação do consumo de queijo, que está agora em 10,2 kg/habitante.

Em consequência do que se acaba de expor, o auto-provisionamento, que era absoluto em 1990, passou para 81%.

Duas palavras apenas acerca dos leites acidificados.

O quadro 6 revela que, de 1996 para 2000, as importações (deduzidas das exportações) aumentaram 516% e o grau de auto-provisionamento baixou de 93,5% para 64,3% (mas era 100% em 1990).

Significa isto que também aqui a indústria de lacticínios não acompanhou a importante subida do consumo, reflectida num notável acréscimo da capitação, que passou de 6,69 kg/habitante em 1990 para 15,1 kg em 2000 (mais 126%).

Subaproveitamento dos benefícios da Política Agrícola Comum (PAC)

Tem havido uma subutilização de certas medidas da PAC financeiramente benéficas e que são relativas a ovinos e caprinos, vacas em aleitamento, reconversão para a produção animal extensiva de terras com culturas arvenses, forragens desidratadas e forragens secas ao sol, e produção de sementes forrageiras.

Prémio por ovelha e por cabra

Existe um prémio para estes animais, que é de 21 euros por ovelha destinada a carne e de 16,8 euros por ovelha em produção de leite e por cabra.

Portugal tem direito à atribuição deste prémio a 2 690 000 ovelhas e cabras, mas os pedidos feitos têm ficado aquém deste número, cingindo-se, nos anos de 1996 a 1999, a valores de 78% a 94% do efectivo elegível.

Espanha, por sua vez, tem utilizado 91% a 94% dos seus direitos (Anónimo, 2001).

Prémio por vaca em aleitamento

Para estas vacas, há um prémio-base de 200 euros por cabeça, a que se pode acrescentar um prémio por extensificação de 100 euros, quando o encabeçamento for igual ou inferior a 1,4 CN/ha.

Os agricultores portugueses podem usufruir deste prémio até ao limite nacional de 286 554 direitos, mas têm utilizado, nos anos de 1997 a 1999, apenas 91% a 94% desse total.

Em Espanha, mais uma vez, estes valores são maiores: 95 e 96%.

Reconversão de terras consagradas às culturas arvenses para a produção animal extensiva

Em Abril de 1994, saiu o regulamento nº 1017/94 do Conselho que, fundamentado no facto de terem sido colectivizados mais de um milhão de hectares, que estavam dedicados à produção animal e que, por isso, passaram a ter culturas arvenses, permitia a reconversão de 200 000 ha para produção animal extensiva, desde que localizados nos distritos a sul do Tejo e nos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco.

O mesmo regulamento estipulava a constituição duma reserva específica de direitos aos prémios à vaca em aleitamento e/ou à ovelha num quantitativo equivalente a 100 000 cabeças normais (CN), o que correspondia a 0,5 CN/ha.

Esta reconversão teria que se efectuar em oito anos. Todavia, ao fim de sete anos isso só tinha acontecido em 46 000 ha, pelo que em Dezembro de 2001 foi emitido um novo regulamento, que criou um período adicional de três anos, para que a totalidade dos 200 000 ha ainda possa ir para produção animal extensiva, isto é, para pastagens, que devem ser semeadas e não naturais.

O grande benefício que advém desta medida, e que justificaria o seu pleno aproveitamento, é o de se poder acrescentar ao efectivo pecuário nacional, 100 000 cabeças normais com direito aos respectivos prémios.

Forragens desidratadas e forragens secas ao sol

A transformação de forragens verdes, essencialmente leguminosas, por desidratação ou por secagem ao sol seguida de moenda, foi sempre contemplada com ajudas e, até 1995, não era alvo de restrições quantitativas.

Portugal produziu quantidades ínfimas

Quadro 6 - Produção, comércio internacional e grau de auto-aprovisionamento de queijos e leites acidificados - Portugal.

	1990	2000	Diferença 2000-1990	
			Valor absoluto	% (1990)
<i>Unidade - t</i>				
PRODUÇÃO				
Queijo de vaca	41 541*	57 530	+ 15 989	+ 38,5
Queijo de ovelha	14 651*	17 322	+ 2 671	+ 18,2
Queijo de cabra	1 764*	1 422	- 342	- 19,4
EXPORTAÇÕES - IMPORTAÇÕES				
Queijo	1 301	21 222	+ 90 866	+ 1 531,0
Leites acidificados	9 064 ¹	55 860	- 586	+ 516,0
GRAU DE AUTO-APROVISIONAMENTO	(%)	(%)	(Pontos percentuais)	
Queijo	100,0	81,4	+ 18,6	
Leites acidificados	93,5	64,3	- 29,2	

¹ Valor de 1996.

* Informação pessoal no INE.

Fonte: INE. Estatísticas Agrícolas de 1990, 1991/92, 1996, 1997, 2000 e 2001.

e, por isso, na reforma que este sector sofreu em 1995, foram-lhe atribuídas, como quantidades máximas nacionais, 5000 t para as forragens desidratadas e 25 000 t para as secas ao sol.

Mesmo assim, o país continua a ficar aquém destes valores e a indústria de alimentos compostos para animais tem que importar anualmente dezenas de milhares de toneladas de luzerna desidratada, principalmente de Espanha.

Sementes pascícolas e forrageiras

As principais espécies pascícolas e forrageiras beneficiam de ajudas comunitárias à produção de sementes. Portugal, porém, ou produz quantidades exíguas nuns anos ou não produz mesmo nada noutros anos.

Em 2002 foi, pela primeira vez, estabelecida uma quantidade máxima, repartida pelos Estados-membros, que pode receber ajudas. Ao nosso país foram atribuídas 300 toneladas, o que constitui mais uma oportunidade para, finalmente, se enveredar por uma produção facilmente viável e de grande interesse.

Com efeito, a União Europeia é deficitária

em sementes de várias espécies, sobretudo de leguminosas, e nós poderíamos ser um grande fornecedor europeu.

Não podemos, a este respeito, deixar de referir que, há 40 anos, ao lançarem-se medidas de política pecuária, já havia plena consciência da importância das sementes forrageiras. Com efeito, em Novembro de 1963, o Ministério da Economia publicou a Portaria nº 20 161 com directrizes sobre o “regime de produção e comercialização de sementes certificadas (de forragens) destinadas à campanha de fomento pecuário”.

O FUTURO

O que se acaba de expor conduz, com toda a evidência, à determinação de aumentar grandemente a produção animal, tendo como objectivo mínimo o de alcançar a auto-suficiência.

Ora, dentre as três formas de alimentação dos gados - pastagens semeadas, forragens conservadas como feno ou silagem e alimentos compostos -, as primeiras são as mais económicas, quando avaliadas pelo custo da unidade de energia metabolizável.

As forragens conservadas e os alimentos compostos ou concentrados são, na realidade, muitas vezes indispensáveis, mas como suplementos da alimentação por pastoreio.

As pastagens só são eficazes, na generalidade dos casos, quando semeadas e constituídas por gramíneas e leguminosas, com predomínio destas. Admitem-se pastagens naturais para pecuária, a título excepcional, em certas circunstâncias, como sucede nalgumas zonas de altitude e alguns lameiros.

Importa, porém, acentuar desde já que o estabelecimento de pastagens tem que ser ponderado para além do interesse imediato da produção animal que vai gerar.

Elas, bem como qualquer cultura, têm, hoje em dia, que ser vistas à luz do conceito de agricultura sustentável, que deve presidir a qualquer utilização agrária do solo.

Segundo a definição da FAO, a agricultura sustentável tem por objectivo a satisfação contínua das necessidades, não só das gerações actuais mas também das futuras, conservando o solo, a água e os recursos genéticos vegetais e animais. Para isso, a agricultura não deve degradar o ambiente, mas precisa de ser tecnicamente adequada, economicamente viável e socialmente aceitável (Anónimo, 1992).

A concretização deste objectivo, sem ferir as condicionantes aqui apontadas, requer uma gestão do solo em que se pratique uma adequada rotação das culturas, sempre que estas sejam viáveis, e um respeito pela conservação e pela matéria orgânica desse mesmo solo.

Vejamos, então, neste contexto, o papel das pastagens semeadas, encarando o regadio e o sequeiro.

Naquele regime, elas nem sempre se justificam, mas casos há em que constituem uma necessidade resultante da intensificação cultural a que esses solos são sujeitos.

A monocultura, que muitas vezes se pratica por razões de lucro imediato, sem a noção de que não pode persistir por muitos anos, e algu-

mas rotações com culturas esgotantes - ao arrepio do que se referiu atrás sobre agricultura sustentável - devem ceder o lugar a rotações com pastagens semeadas (temporárias, portanto), em que a estas se confere o papel de melhoradoras da porosidade e da estrutura do solo, bem como o de aumento dos teores de azoto e de matéria orgânica.

Estes objectivos também se podem alcançar sem se estabelecer uma pastagem propriamente dita, mas sim uma leguminosa forrageira para cortes destinados a desidratação ou para semente. Como exemplo, mencionamos que contribuiria muito para a sustentabilidade dum sistema cerealífero de regadio a prática da rotação de luzerna (3 anos) com milho.

São igualmente admissíveis rotações com gramíneas para produção de sementes, desde que se tenha em conta que isso não exclui - pelo contrário, pode até exigir - que haja uma pastagem temporária com leguminosas ou uma leguminosa forrageira.

Em regadio, não deve haver, como regra, pastagens permanentes, pois estas não se compadecem com a intensificação cultural que as disponibilidades de água possibilitam e aconselham.

Uma vez que a vaca leiteira exige, para o pleno aproveitamento das suas potencialidades, uma regularidade na sua alimentação que é inviável em sequeiro, as pastagens regadas devem ser, preferencialmente, destinadas aos bovinos leiteiros.

Passemos agora ao sequeiro. O Quadro 1, que patenteia os resultados dos recenseamentos gerais da agricultura, mostra-nos que há já 1,4 milhões de hectares que os agricultores reconheceram como muito impróprios para culturas agrícolas, pois deixaram de as semear lá. Se a eles juntarmos os 577 000 ha que estão de pousio, o que significa que também têm severas limitações para culturas arvenses, temos a vasta área de 2 milhões de hectares para os quais as pastagens semeadas

à base de leguminosas constituem, não a única mas uma das poucas utilizações viáveis no quadro duma agricultura sustentável.

Note-se que 70% desta área já está com pastagens, só que espontâneas na esmagadora maioria dos casos, e a questão que se põe é apenas a de nelas semear leguminosas e gramíneas (com predomínio daquelas) para bem dos gados e dos solos e, em última e definitiva instância, para bem dos que agricultam a terra.

Todavia, não preconizamos a reconversão total para pastagens semeadas permanentes. Para além dalguns casos em que as pastagens naturais são admissíveis, há que examinar outras utilizações de grande interesse nacional, tecnicamente possíveis e economicamente justificáveis. São elas a floresta para madeira, os sobreiros e a floresta produtora de frutos, cujas espécies são o castanheiro, o pinheiro manso e a alfarrobeira.

No que respeita aos restantes 30%, ou seja, aos 577 000 ha que, por serem de pousio, estão em rotação com uma cultura agrícola - certamente um cereal - circunstâncias haverá em que, dado o efeito melhorador do solo e acumulador de azoto das leguminosas, se justifique a continuação da cultura, com a substituição do pousio por pastagem temporária semeada.

Outras alternativas são, uma, a de substituir o cereal por tremocilha ou tremoço de folhas estreitas (cultivares doces) para a indústria e, outra, a de fazer cereal e tremoço em rotação com pastagem semeada. Ou ainda a de fazer uma leguminosa forrageira anual para semente, como, por exemplo, o trevo-da-pérsia, o trevo encarnado, a ervilhaca vulgar e a ervilhaca-de-cachos-roxos (*Vicia villosa*) - espécies que têm ajuda comunitária.

Procedendo assim está-se, não é demais frisá-lo, a efectivar nas explorações agrícolas uma agricultura sustentável. Com efeito, as pastagens semeadas são, inegavelmente,

benéficas para a conservação do solo e para o aumento do seu teor de matéria orgânica e estes atributos também a tornam componente muito valiosa de rotações agrícolas, sobretudo em terrenos de baixa fertilidade e com riscos de erosão sensíveis.

Diga-se, a propósito, que o seu estabelecimento se deve fazer - agora que há maquinaria para isso - por sementeira directa ou por mobilização mínima.

Chegados aqui surge, lógica e pragmaticamente, a pergunta: que medidas de política agrícola nacional, que não colidam com a PAC, existem para semear pastagens em parte apreciável dos quase 2 milhões de hectares de pastagens permanentes naturais e de pousio?

Começo por lembrar que, no capítulo “O Presente”, foi referido ter sido dada a Portugal, em 1994, a possibilidade de reconverter 200 000 ha para produção animal extensiva, e que no final de 2001 isso só tinha sido feito em 46 000 ha, estando por saber com que tipo de pastagens. Há, portanto, uma área de 154 000 ha para entregar à pastorícia.

Além disso, foi criado em Julho de 2000 o Plano de Desenvolvimento Rural, abreviadamente designado RURIS, para vigorar de 2000 a 2006, que, através das chamadas “Indemnizações compensatórias” e “Medidas agro-ambientais”, concede ajudas que contemplam as pastagens e a pecuária.

Apesar dalguns erros técnicos, designadamente quanto aos limites máximos de encabeçamento que, pelo menos nalguns casos, poderiam ser mais altos, e de não diferenciar as pastagens semeadas das naturais, o RURIS afigura-se estimulador e parece estar a ser subaproveitado.

Lembramos também que os direitos aos prémios das vacas em aleitamento e dos ovinos e caprinos estão a ser muito subaproveitados, como se referiu atrás. Por isso, até atingir taxas de utilização desses direitos de 97-98%, há

uma grande margem para expandir largamente a área de pastagens semeadas.

Para finalizar, achamos pertinente e interessante citar o testemunho dum agricultor evoluído de Mértola, proferido na Reunião de Outono de 1999 da Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens.

Disse ele que, tendo aderido ao Programa de Desenvolvimento Agro-Pecuário para a Área do Concelho de Mértola (PAPCAM) em 1987, tinha já pastagens à base de trevo subterrâneo com 12 anos e um encabeçamento de 3,1 ovelhas/ha, que era 6 vezes mais do que o inicial, de 0,5 ovelha/ha. Acrescentou ainda que as análises comprovavam que os solos estavam muito melhorados.

Como conclusão, afirmou que a principal medida agrária para o concelho de Mértola consistia no estabelecimento de tais pastagens permanentes.

Não só para esse concelho, mas também para muitos outros - dizemos nós a terminar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anónimo (1877-1878) - *O Agricultor do Norte de Portugal* I: 60.
- Anónimo (1992) - *Sustainable agricultural systems for the twenty-first century. The role of mineral fertilizers*. International Fertilizer Industry Association, Paris.
- Anónimo (2001) - *Situação da agricultura na União Europeia. Relatório de 2000*. Comissão Europeia, Bruxelas. Luxemburgo, 2001, pp. T/165 e T/163.
- Caldas, E.C. (1991) - *A agricultura portuguesa através dos tempos*. Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 653 pp.
- Carvalho, A.M. Lopes (1897-98) - As melhores forragens. IX. Soja hispida. *Portugal Agrícola* 9: 133-137.
- Carvalho, A.M. Lopes (1897-98) - As melhores forragens. X. Caroba. *Portugal Agrícola* 9: 167-168.
- Carvalho, A.M. Lopes (1897-98) - As melhores forragens. XIII. Bromus Schraderi. *Portugal Agrícola* 9: 198-202.
- Carvalho, A.M. Lopes (1897-98) - As melhores forragens. XVI. Ray-grass italiano. *Portugal Agrícola* 9: 244-246.
- Prego, Motta (1926) - Cultura da Luzerna (de Provença) no Minho. *Gazeta das Aldeias*. Biblioteca de Iniciação Rural, nº 1, Porto, 37 pp.
- Raposo, J.R. (1994) - *História da Rega em Portugal*. Instituto da Água, Lisboa, 272 pp.
- Silva, C. Rebello (1903) - A captação do azoto atmosférico por meio das leguminosas e a fertilização d'um terreno com a luzerna. *Rev. Agronómica* 1 (12): 379-387.